



LISBON  
SCHOOL OF  
ECONOMICS &  
MANAGEMENT  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

**MESTRADO EM**  
**DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO**  
**INTERNACIONAL**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO**  
**DISSERTAÇÃO**

ENTRE OS DIREITOS DOS REFUGIADOS E A  
SEGURANÇA EUROPEIA: RELATOS DA SITUAÇÃO DA  
GRÉCIA EM 2016

RITA MARGARIDA CARDOSO ALEIXO

SETEMBRO-2016



LISBON  
SCHOOL OF  
ECONOMICS &  
MANAGEMENT  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

**MESTRADO EM**  
**DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO**  
**INTERNACIONAL**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO**  
**DISSERTAÇÃO**

ENTRE OS DIREITOS DOS REFUGIADOS E A  
SEGURANÇA EUROPEIA: RELATOS DA SITUAÇÃO DA  
GRÉCIA EM 2016

RITA MARGARIDA CARDOSO ALEIXO

**ORIENTAÇÃO:**

PROFESSOR JOÃO PEIXOTO

SETEMBRO - 2016

### *Agradecimentos*

Aos meus pais.

A todos os que me acompanharam e apoiaram nesta etapa, incluso o meu orientador.

Em particular, às pessoas que conheci na Grécia – pessoas que abriram as portas das suas vidas e partilharam um pouco das suas histórias, mostrando a sua enorme força e vulnerabilidade, numa mistura de risos, lágrimas e (des)esperança.

Sem elas, este trabalho não seria possível.

## Resumo

Nos últimos anos, em resultado do fecho das fronteiras terrestres e medidas de segurança cada vez mais apertadas, muitas das pessoas que fogem a situações de guerra e violência à procura de protecção e asilo na Europa, enfrentam uma dificuldade crescente em aceder a locais seguros para viver. Isto, por sua vez, tem conduzido ao aumento de rotas mais perigosas através do recurso a redes de contrabando e tráfico humano. Este trabalho procura analisar a crescente pressão sobre o sistema de protecção dos refugiados e de que forma este vai ao encontro das necessidades das pessoas que procuram asilo na Europa. Mais especificamente, o estudo centra-se na situação recente da Grécia, que, em Março de 2016, após o encerramento da rota dos Balcãs e ratificação do Tratado entre a União Europeia e a Turquia, ficou com milhares de pessoas “retidas” no país. Através da consulta de fontes documentais e de uma visita de campo a cinco locais de refugiados foi possível recolher testemunhos e reflectir sobre o contexto da protecção de refugiados na Europa. As conclusões vão ao encontro de algumas das críticas que têm vindo a ser feitas: o sistema de protecção internacional, e o sistema de Dublin em particular, deveriam ser revistos à luz da complexidade dos fenómenos migratórios actuais. A dicotomia entre securitização e protecção coloca em causa direitos e liberdades civis fundamentais, urgindo soluções necessariamente diferentes num mundo também ele em rápida mudança. Porém, a falta de solidariedade entre Estados e a quebra do compromisso europeu pelo respeito dos direitos humanos, tem sido contrabalançada pela emergência de uma ampla rede de apoio proveniente da sociedade civil, composta maioritariamente por voluntários e activistas sociais, e pela agência dos refugiados que não termina com a sua chegada à costa europeia. Estas áreas merecem atenção em investigações futuras.

*Palavras-chave: refugiados, protecção, direitos, segurança, Europa*

### **Abstract**

In recent years, due to the closure of the land borders and the increase of strict security measures, many of the people who are fleeing from war and situations of conflict seeking asylum and protection in Europe face an increasing difficulty to access a safe place to live. Consequently, this has led to the rise of dangerous routes through smugglers networks and human traffic. The aim of this work is to analyze the increase pressure over the refugee protection system and how it responds to the needs of the people who are seeking asylum in Europe. More specifically, the study focus on the recent situation where thousands of refugees were 'trapped' in Greece after the closure of the Balkan Route and the Treaty between the European Union and Turkey, on March 2016. Through the consultation of documental sources and a field visit to five refugee settings it was possible to collect testimonies and reflect over the refugee protection context in Europe. The findings meet some of the critics that have been made: the international protection system and, in particular, the Dublin System - both should be reviewed in light of the actual complexity of the migratory flows. The dichotomy between securitization and protection calls into question crucial civil rights and liberties, urging for solutions that have to be necessarily different in a rapidly changing world. However, the lack of solidarity between States and the breach of the European commitment with regards to the respect of human rights is being counterbalanced with the emergence of an extensive civil society support network mainly formed by volunteers and social activists, and refugees agency that didn't end up on Europe's shore. These areas warrant attention in future research.

*Key-words: refugees, protection, rights, security, Europe*

## Índice

Introdução .....	7
1. Enquadramento .....	9
1.1 Teorias e políticas sobre refugiados .....	9
1.2 Evolução do contexto e iniciativas políticas na região dos Balcãs .....	15
2. Estudo empírico .....	19
2.1 Metodologia .....	19
2.2 Resultados .....	20
2.2.1 <i>Trajectórias até à Grécia</i> .....	20
2.2.2 <i>Os espaços de paragem forçada</i> .....	23
2.2.3 <i>Recursos, direitos e vulnerabilidades</i> .....	27
2.2.4 <i>Expectativas para o futuro</i> .....	32
3. Conclusões .....	34
Referências bibliográficas .....	38
ANEXOS.....	42

## **Introdução**

O sistema internacional de protecção dos refugiados encontra-se actualmente sobre uma enorme pressão. Entre os factores justificativos destacam-se: a crescente dificuldade em separar claramente o que é migração forçada de outras formas de migração; a crescente mobilidade da população, aliada à raiz multifacetada do que conduz as pessoas a procurar protecção internacional; a dificuldade dos mecanismos em vigor para lidarem com estes movimentos; e as crescentes críticas face à ausência de soluções sustentáveis para os refugiados. Ao nível europeu, a onda massiva de pessoas que têm, sobretudo a partir de 2015, procurado alcançar a Europa através do mar Mediterrâneo, em números só comparáveis aos da II Guerra Mundial, tem colocado inúmeros desafios às políticas vigentes.

O objectivo deste trabalho é o de analisar a crescente pressão sobre o sistema de protecção dos refugiados e de que forma este serve (ou não) as necessidades das pessoas que procuram asilo na Europa, tendo por base a recente crise de refugiados neste continente.

A questão de partida é: será que o sistema de protecção dos refugiados e as recentes políticas europeias na área da migração forçada vão ao encontro da protecção real e efectiva dos direitos das pessoas que, por diversos motivos, buscam refúgio no espaço europeu? Neste questionamento terei como base a protecção dos direitos fundamentais, assentes numa perspectiva de direitos humanos, e assentarei a reflexão na análise mais detalhada das políticas europeias, sem deixar de parte o enquadramento do sistema internacional de protecção dos refugiados que lhe serve de âncora.

Especificamente, irei centrar a minha análise na situação da Grécia em 2016, enquanto estudo de caso, a partir de uma análise documental, mas também de recolha directa de informação, feita através de uma visita de campo efectuada entre Maio e Junho de 2016 a alguns locais de refugiados. Esta visita ocorreu após o recente encerramento da denominada *Rota dos Balcãs* (Rota do Leste da Europa, uma das principais vias utilizadas por milhares de refugiados em 2015 e

início de 2016) e o posterior tratado assinado entre a União Europeia (UE) e a Turquia (a 9 e 20 de Março de 2016, respectivamente).

É minha convicção – e principal hipótese deste estudo – que as políticas em vigor não respeitam os princípios e as orientações dos principais mecanismos de protecção dos refugiados nem vão ao encontro dos seus interesses e direitos humanos fundamentais. Pelo contrário, demonstram a manutenção (e até o aumento) de barreiras e restrições à entrada de refugiados, em nome do discurso de securitização das fronteiras, e uma falta de compromisso e solidariedade conjunta entre os vários Estados Membros (EM) da União Europeia para encontrar uma resposta integrada e compreensiva.

De referir que utilizo o termo refugiado de uma forma alargada para as pessoas que actualmente estão a chegar à Europa de forma “irregular” e não numa acepção estritamente legal, uma vez que estas ainda não adquiriram o estatuto de refugiado e não é certo que todas o possam sequer reclamar à luz da lei actual, dada a complexidade das migrações forçadas actuais.

O presente trabalho encontra-se dividido em duas partes principais: 1) Enquadramento, onde irei contextualizar os principais debates a nível teórico e instrumentos legais associados aos refugiados, assim como uma sucinta análise da evolução e contexto das políticas migratórias na região dos Balcãs, onde incidirá o estudo de caso; 2) Estudo empírico, que será composto pela descrição da metodologia utilizada e resultados encontrados no âmbito da visita à Grécia. O trabalho termina com um capítulo final com as principais conclusões e recomendações.



## 1. Enquadramento

### 1.1 Teorias e políticas sobre refugiados

Vivemos actualmente um momento sem precedentes na história contemporânea, com o número da população deslocada por motivo de conflitos e de outras situações de violência a atingir valores só comparáveis aos da II Guerra Mundial, o que tem colocado enormes desafios ao funcionamento do sistema internacional de protecção de refugiados em vigor (Newland, 2015). De acordo com os dados mais recentes publicados pelo Alto Comissariado para as Nações Unidas (ACNUR), existiam em 2015, 65,5 milhões de pessoas deslocadas em todo o mundo em resultado de situações de conflito, violações de direitos humanos, violência generalizada ou perseguição; destas, 21,3 milhões eram refugiados, 40,8 milhões pessoas deslocadas internamente e 3,2 milhões requerentes de asilo (UNHCRa, 2016). No que concerne aos refugiados, 86% encontram-se nas regiões em desenvolvimento do mundo - os três países que estão no topo em termos de recepção de refugiados são a Turquia (com 2,5 milhões), seguida do Paquistão (1,6 milhões) e do Líbano (1,1 milhão). Por seu turno, mais de metade dos refugiados do mundo (54%) provêm actualmente de apenas três países: Síria (4,9 milhões), Afeganistão (2,7 milhões) e Somália (1,1 milhões).

A área de estudos sobre refugiados e migração forçada cresceu exponencialmente, sobretudo a partir da década de 80 do século XX, onde adquiriu maior relevância e interesse alargado, não só ao nível de *policy making*, mas também no meio académico (Black, 2001; Fiddian *et al*, 2016; Cameron, 2014). Permanece, no entanto, um intenso debate na academia sobre o que se entende por refugiado, bem como sobre os limites que separam a migração forçada de outras formas de migração, como a económica (Black, 2001). Adicionalmente, são vários os autores que apontam para as limitações da definição de refugiado, tal como está inscrita nos mecanismos legais internacionais (Shacknove, 1985; Newland, 2015; Gibney, 2015).

A lei internacional para a protecção dos refugiados, composta por vários instrumentos legais (entre eles convenções e tratados internacionais e regionais), é a base institucional que regula a

prática dos Estados e organizações internacionais, nomeadamente o ACNUR, com a finalidade de proteger as pessoas que procuram asilo e os refugiados (Goodwin-Gill, 2014). A Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951 e o Protocolo que lhe está associado, de 1967, constituem, ainda hoje, a principal base do sistema internacional de protecção. A Convenção foi desenvolvida após a II Guerra Mundial, tendo em vista a resolução da situação dos refugiados na Europa. De acordo com o 1º Artigo da Convenção, para ser considerado legalmente refugiado a pessoa deve demonstrar razões fundamentadas de perseguição, tendo como base a raça, religião, nacionalidade, pertença a determinado grupo social ou político, que o impossibilitam de regressar ao seu país de origem. Esta definição, que se cingia inicialmente a situações na Europa que resultassem de eventos anteriores a 1951, foi alargada posteriormente com a elaboração do Protocolo, quer ao nível temporal, quer regional (UNHCR, 2010:46). Existem vários outros instrumentos ao nível dos direitos humanos, como a Declaração Universal dos Direitos do Homem, o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, a Convenção contra a Tortura e a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, que actuam complementarmente na área de protecção dos direitos dos migrantes forçados (Mcadam, 2015).

Pode considerar-se como característica distintiva do refugiado a razão forçada que está por trás da sua deslocação. O campo mais alargado da migração forçada engloba, assim, não só os refugiados, mas também as pessoas deslocadas dentro do país, e outras deslocações forçadas que não se enquadram dentro do estatuto definido para refugiado. Contudo, a “categorização” de refugiado, apesar de ser considerada necessária, tem subjacentes alguns problemas, entre eles o facto de deixar um espaço legal vazio de direitos e protecção a pessoas deslocadas por outros motivos que não o de perseguição (Taran, 2000).

Autores como Shacknove (1985) e Gibney (2015) argumentam que a Convenção dos Refugiados tem falhado por não enquadrar fenómenos de violência generalizada, situações de empobrecimento estrutural prolongado, ou situações onde o Estado é inexistente ou incapaz de responder às necessidades básicas e essenciais dos seus cidadãos. Para Shacknove (1985: 281), o

conceito deveria alargar-se, pressupondo que “...*refugees must be persons whose home state failed to secure their basic needs*”, entendendo-se aqui como “necessidades básicas”, não só as de segurança física (onde a perseguição se inclui, mas não é a única), como também as de subsistência básica (económica) e os desastres naturais. Como tal, a violação de uma ou mais necessidades essenciais para a sobrevivência deveria estar englobada no estatuto de refugiado. Gibney (2015: 13) vai mais além, frisando que o refugiado, para além de estar privado de protecção dos seus direitos básicos, perdeu o seu “mundo social”, pelo facto de estar afastado da sua comunidade, relações sociais e contexto cultural. O corte relativamente às suas referências identitárias pode conduzir a experiências de confusão, falta de posse e poder, sendo, por isso mesmo, essencial encontrar um lugar onde possa reconstruir a sua vida de forma integrada. De certa forma, e passados mais de 50 anos, as ideias de Arendt (1962: 362) permanecem muito actuais quando defende que a verdadeira privação dos direitos humanos é a negação de um lugar no mundo, de pertença a uma comunidade, a privação à acção e à opinião.

O trabalho de Pupavac (2008) nesta área é particularmente interessante, na medida em que centra a sua atenção no discurso e representações políticas dos refugiados e respectivo impacto sobre os seus direitos e liberdades. Comparando as diferenças de representações existentes entre os refugiados da Guerra Fria e os actuais (desde os anos 90), a autora conclui que enquanto os primeiros eram percebidos como heróis políticos, o discurso actual evoluiu para uma vitimização e vulnerabilidade crescente, conduzindo a um progressivo desempoderamento dos refugiados. Ao partir da necessidade de auxílio e protecção, estabelece-se uma relação desigual com tendência a restringir os seus direitos e liberdades civis.

Estas questões estão na base da forma como analiso os direitos e protecção dos refugiados, subentendendo protecção como provisão de necessidades essenciais, entre elas, encontrando-se também o direito a auto-determinação e liberdade. Como alguns autores defendem, as políticas de protecção e recolocação devem procurar respeitar, na medida do possível, o direito de agência, a dignidade e as escolhas dos países onde buscam asilo (Gibney, 2000 e 2015; Guild *et al.*, 2015). Como veremos a seguir, na prática isso não é fácil nem é uma realidade.

Ao nível da protecção dos refugiados, o *non-refoulement* - “não devolução” - é um dos princípios internacionais mais importantes, referindo-se ao compromisso dos Estados signatários em não forçar quem pretenda requerer asilo a regressar para um local (o país de origem ou outro) onde a sua segurança e vida esteja em risco. Esta obrigação, na prática, está associada também à base territorial de asilo, e de proximidade, que requer uma deslocação física da pessoa ao país onde vai pedir asilo (Gibney, 2000; Zamfir, 2015). Este é outro dos debates actuais, face ao crescente descontentamento relativamente aos problemas de “partilha do fardo” entre os Estados (Thielemann & Dewan, 2006). Entre estes, destacam-se: 1) para os países receptores, a desigualdade na distribuição de responsabilidades no acolhimento dos refugiados: são os países em desenvolvimento, no Sul global, aqueles de onde mais provêm, mas também os que mais recebem refugiados, com as consequentes implicações na efectiva capacidade de integração e recursos disponíveis; 2) para os refugiados, as enormes limitações de acesso físico a países terceiros, nomeadamente aos mais ricos, face aos limitados canais legais disponíveis e à imposição crescente de medidas de controlo, com a consequente desigualdade que também provoca – só as pessoas com mais recursos conseguem alcançar estes países para pedir asilo (Gibney, 2000).

Ao nível europeu, e tendo por base a Convenção dos Refugiados de 1951, houve um esforço considerável ao longo das últimas décadas para harmonizar das políticas de asilo e protecção dos refugiados<sup>1</sup>. Um dos seus principais instrumentos é a Regulação de Dublin (1990), criada juntamente com a Convenção de Schengen que permitiu a livre circulação de pessoas dentro do espaço europeu. Revista em 2003, a Regulação de Dublin (II) foi posteriormente melhorada em 2013 (Dublin III). Este instrumento veio colmatar um vazio existente, clarificando qual o EM responsável por analisar os processos de asilo, num esforço de harmonização de procedimentos e práticas legais e agilização dos mesmos para tornar o acesso à protecção mais eficiente. Assim, foram estabelecidos critérios para a alocação de responsabilidades a um único Estado, como

---

<sup>1</sup> Este esforço ocorreu, sobretudo, em resultado das crises de refugiados da década de 90 do século XX (nomeadamente com os desafios colocados com a ex-Jugoslávia).

forma de prevenir a existência de situações conhecidas como o “mercado de asilo”, onde os requerentes se inscreviam em vários países onde consideravam ter mais hipóteses de ver garantido o estatuto, ou ainda de situações onde nenhum Estado aceitava a sua inscrição, comprometendo assim a sua protecção (Fratzke, 2015). De forma sucinta, e salvo algumas excepções<sup>2</sup>, o país a quem cabe a responsabilidade da análise e seguimento do processo de asilo deve ser o primeiro país de entrada na UE (CE, 2014). Para assistir os EM foram criados o Gabinete Europeu de Apoio em Matéria de Asilo (EASO), operacional desde 2011, e a Regulação EURO-DAC, enquanto instrumento que reúne e centraliza toda a informação e dados dos requerentes, permitindo às autoridades controlar e registar os países por onde entraram e transitaram. Adicionalmente, foi criado em 1999 o Sistema Europeu Comum de Asilo (SECA), constituído por directivas que estipulam as condições de recepção, os procedimentos para o seu processamento e as condições para a atribuição de protecção subsidiária. Esta última é um estatuto atribuído às pessoas que não se enquadram no estatuto de refugiado mas que, ainda assim, necessitam de protecção temporária face aos elevados riscos de retornar.

Uma vez mais, parte das críticas feitas ao sistema de protecção europeu, especificamente à Regulação de Dublin, é a de que este não funciona adequadamente, pondo em causa a protecção de refugiados (Frantziou *et al*, 2014; Guild *et al*, 2015; Fratzke, 2015). Entre os problemas existentes destacam-se: o peso desproporcional colocado nos países do Sul (e.g. Itália, Bulgária e Grécia), que ao serem as principais portas de entrada no espaço europeu, ficam responsáveis pelos processos de asilo e de recolocação, sem que estejam asseguradas as condições para o fazerem; a lentidão do acesso ao asilo; e os custos elevados do sistema. Importa ainda referir que cada EM mantém a sua soberania nas políticas internas de acesso a asilo, o que significa que prevalecem diferentes interpretações e práticas em matéria de protecção e direitos dos refugiados (Zamfir, 2015; Fratzke *et al*, 2015).

---

<sup>2</sup> Critérios como o reagrupamento familiar ou existência de um visto ou residência legal num outro país europeu que não o de primeira entrada são excepções.

Paralelamente, vários autores alertam para a crescente abordagem de securitização das migrações *versus* uma abordagem assente na protecção dos direitos humanos (Kjaerum, 2002; Helldorff, 2015), criticando o papel desempenhado pela Europa, já nomeada como “Europa Fortaleza” (Amnistia Internacional, 2014). Segundo Helldorff (2015: 3), a adopção de políticas migratórias cada vez mais securitárias e o controlo das fronteiras que emergiu após o acordo de Schengen fizeram com que *“The EU migration policy was thus conflated into the security imperative, with the protection of external borders being central to this paradigm”*. A criação de agências como a Agência Europeia de Gestão da Cooperação das Fronteiras Externas (FRONTEX) e a EUROPOL – Serviço Europeu de Polícia –, complementadas com a criação de sistemas de informação cada vez mais apertados, são exemplos do enorme reforço da segurança fronteiriça no espaço europeu (Huysmans, 2000). Aliás, o maior investimento em soluções securitárias, comparado com os fundos direccionado à protecção, tem sido outra das críticas apresentadas por vários organismos (e.g. Amnistia Internacional, 2014).

A necessidade das pessoas solicitarem asilo presencialmente entra em confronto com os limitados canais legais de entrada, criando a dicotomia entre a necessidade de protecção e as políticas de controlo das migrações e as suas implicações em termos de direitos humanos (Taran, 2000). Estas dificuldades também estão associadas a um discurso que categoriza estas acções e pessoas como “ilegais” e com consequências “perigosas” para os países receptores – discurso que se agudizou na sequência do aumento do terrorismo no espaço europeu. Na realidade, a inacessibilidade e falta de alternativas legais disponíveis tem conduzido ao incremento generalizado de migrações “irregulares” com recurso a contrabando e redes de tráfico perigosas, um negócio altamente lucrativo (ver Taran, 2000; Gibney, 2000; Fargues & Bartolomeo, 2015).

Como tal, a incongruência entre o discurso e a prática e a aparente ausência de preocupação relativamente aos direitos humanos – designada também como a “face humana da migração” -, com acusações de detenções, incluso de menores, o aumento da xenofobia e de deportações, é um dos desafios contemporâneos mundiais e europeus (Frantziou *et al.*, 2014). A mobilidade crescente da população, aliada ao facto de que é impossível fechar totalmente as fronteiras

terrestres e marítimas, exige outro tipo de soluções concertadas (Stavropoulou, 2016; Zetter, 2015). Acções preventivas nos países de origem (comércio e investimento, por exemplo); de protecção nos países de primeiro asilo; o acesso a asilo sem a necessidade de deslocação física; o apoio ao retorno; e implementação de restrições nos países em situação de guerra são exemplos de outras possibilidades (Weiner & Munz, 1997; Stavropoulou, 2016).

## **1.2 Evolução do contexto e iniciativas políticas na região dos Balcãs**

As dinâmicas actuais dos fluxos migratórios para a Europa são complexas, quer em termos das trajectórias utilizadas, como das pessoas que chegam e razões que lhes estão subjacentes. Nesta análise, importa ter em conta o contexto sociopolítico quer da UE, quer dos seus Estados vizinhos, muitos deles designados de primeiro asilo para muitos refugiados. Existem ainda muito poucos estudos sobre a situação dos Balcãs e respectiva protecção dos refugiados. Alguns dos disponíveis analisam: a falha de protecção dos Sírios na Bulgária (Nancheva, 2015), o papel da Turquia (Zaragoza, 2015) e as responsabilidades de protecção (Hatton, 2015); as implicações da crise Síria para a UE (Heisbourg, 2015); migração de trânsito e o caso da Sérvia (Duvell, 2012; Lukic, 2016) e na Grécia, (Rozakou, 2012; Fratzke, 2015).

Só em 2015, a Europa viu chegar mais de um milhão de pessoas à procura de asilo por via marítima no Mediterrâneo; destas, 856.700 chegaram à costa da Grécia (UNHCRb, 2016). De acordo com a Agência, nos primeiros oito meses de 2016 entraram por essa mesma via 302.279 pessoas, em particular na Grécia e em Itália. Num trajecto perigoso de barco, foram reportadas 3.771 mortes só em 2015, tendo já sido reportadas 3.498 mortes/desaparecimentos nos primeiros meses de 2016. Das pessoas que chegam 61% são provenientes dos 10 principais países de refugiados: a Síria, o Afeganistão e o Iraque<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Dados disponíveis no site: <http://data.unhcr.org/mediterranean/regional.php>

As duas principais rotas no Mediterrâneo actualmente são: a via central, através de Itália e Malta, proveniente de países como a Argélia, Tunísia e Líbia, e a rota do Leste Europeu, conhecida como a *Rota dos Balcãs*, via Grécia, através da Turquia (Banulescu & Fratzke, 2015).

Ao longo de 2015 e nos primeiros meses de 2016 a *Rota dos Balcãs* assistiu a um fluxo massivo de migrantes, entre eles, principalmente, pessoas a fugir de situações de guerra e conflito da Síria, Afeganistão e Iraque. Esta tendência não é nova, mas agudizou-se com a crescente pressão e instabilidade vivida no Médio Oriente (prolongamento da guerra na Síria, crescente instabilidade na Líbia, assim como as tensões nos países de primeiro asilo, como a Turquia e o Líbano, que recebem a maior parte dos refugiados sírios).

Esta rota seguia por via marítima da Turquia até à Grécia e depois por via terrestre através da região dos Balcãs, passando pela Macedónia, Sérvia e Bulgária até à Hungria. Com um pico entre os meses de verão, de Maio a Setembro de 2015, esta rota conduziu ao agudizar de tensões entre vários países do Leste europeu, culminando com a decisão da Hungria de construir uma vedação ao longo de toda a sua fronteira com a Sérvia, cuja construção terminou em Setembro desse ano. Este foi apenas um dos primeiros actos de securitização a que se assistiu neste período (Sabic & Boric, 2016)<sup>4</sup>. O anúncio do “fecho da rota dos Balcãs” foi o culminar da sequência de medidas tomadas unilateralmente pelos Estados da região, como forma de travar a entrada de milhares de pessoas nos seus países. O encerramento efectivou-se com o fecho total da fronteira da Macedónia com a Grécia, a 9 de Março de 2016.

Paralelamente, a 18 de Março de 2016 a UE assinou um Tratado com a Turquia, cujo objectivo principal era combater o problema das redes de contrabando marítimo até à Grécia e reduzir o número de pessoas a entrar irregularmente e de forma perigosa, criando canais organizados e seguros para as pessoas que procuram protecção internacional na UE<sup>5</sup> (CEb, 2016). O Tratado entrou em vigor a 20 de Março, estabelecendo que os refugiados que chegassem por esta rota à

---

<sup>4</sup> No anexo 1, encontra-se uma cronologia das barreiras de controlo erguidas na região.

<sup>5</sup> Nota informativa disponível em: [http://europa.eu/rapid/press-release\\_MEMO-16-1664\\_en.htm](http://europa.eu/rapid/press-release_MEMO-16-1664_en.htm)



Grécia seriam devolvidos à Turquia. Em contrapartida, os 28 EM comprometeram-se em realocar mais refugiados sírios residentes na Turquia (um por cada Sírio retornado da Grécia, até 72.000 pessoas), facilitar a emissão dos vistos para cidadãos turcos e desbloquear uma ajuda financeira até 6 mil milhões de USD para apoio aos refugiados na Turquia. A entrada em vigor deste acordo foi polémica e criticada por vários organismos e organizações não-governamentais (ONG) a operar na Grécia e na área dos direitos humanos<sup>6</sup>. Uma das premissas do acordo é que a Turquia é um país seguro para onde os refugiados podem ser transferidos, sem comprometer o princípio de *non-refoulement*. Existem, contudo, vários relatórios que colocam em causa a capacidade efectiva da Turquia providenciar protecção internacional, ao mesmo tempo que condenam a falta de coordenação europeia nesta matéria (Collet, 2016; Amnistia Internacional, 2016). O estudo realizado pela Amnistia Internacional (AI) (Junho 2016) vem defender o porquê deste não ser um bom acordo para os refugiados: 1) o sistema recente de asilo da Turquia torna o processo de determinação do estatuto de refugiado muito moroso; 2) os refugiados não têm acesso a soluções duradouras (como o repatriamento ou a recolocação); 3) há obstáculos e é negado acesso a condições de subsistência básicas para uma vida digna. Após o acordo, os *hotspots*<sup>7</sup> criados nas ilhas gregas para as inscrições dos processos de asilo foram transformados em centros de detenção fechados, o que fez com que o ACNUR e várias ONGs internacionais retirassem as suas operações dos locais e redefiniram a sua forma de apoio. A ONG Médicos Sem Fronteiras (MSF), em Junho 2016, tomou a posição pública de recusar financiamento de instituições europeias após a entrada em vigor do acordo, condenando veementemente a política de externalização, desresponsabilização e *outsourcing*<sup>8</sup>. O ACNUR, apesar de manter a sua colaboração com as autoridades gregas, afirmou imediatamente: “*UNHCR is not a party to the EU-Turkey deal, nor will we be involved in returns or detention*” (UNHCRc, 2016).

Por seu turno, dentro do Mecanismo de Recolocação de Emergência, criado em Setembro de 2015, os EM acordaram (não sem inúmeras polémicas), a recolocação de 160.000 requerentes de

---

<sup>6</sup> Migration Policy Institute, AI, Human Rights Watch e MSF são alguns exemplos.

<sup>7</sup> Para mais informações sobre esta política europeia consultar o artigo de Carrera et al, 2015.

<sup>8</sup> Comunicado disponível em: <http://www.msf.org.uk/node/30946>

asilo, incluindo 66.400 da Grécia, de forma a reduzir o impacto e peso desproporcional da chegada massiva de refugiados sobre a Itália e a Grécia. De acordo com as estatísticas disponibilizadas pela CE, em Março de 2016, 22 países apenas tinham disponibilizado 7015 lugares e apenas 953 requerentes tinham sido realocados (569 da Grécia). Os dados mais actuais, de início de Setembro de 2016, apontam para uma evolução pequena: 25 países disponibilizaram 13.288 lugares (dos 160.000 acordados), tendo sido recolocadas apenas 4455 pessoas da Grécia (CEc e d, 2016). A própria CE tem vindo a demonstrar a sua insatisfação e alerta para a necessidade de maior vontade e esforço conjunto dos EM (CEa, 2016)<sup>9</sup>.

Na Grécia ficaram “presas” mais de 50.000 pessoas que chegaram após o encerramento da *Rota dos Balcãs*, mas antes do Tratado com a Turquia, em Março de 2016. O frágil sistema de asilo grego deparou-se desde então com uma pressão adicional para lidar com este “problema”, tendo iniciado uma acção de larga escala, em colaboração com o ACNUR e EASO, para a pré-inscrição das pessoas retidas no país, que decorreu entre o final de Maio e Julho de 2016, tendo em vista assegurar protecção internacional a todos os que chegaram antes de 20 de Maio (Asylum Service, 2016)<sup>10</sup>. Uma das suas operacionalizações incluía a marcação das entrevistas via *skype*, dadas as dificuldades operacionais dos serviços presenciais de asilo. Esta estratégia mostrou-se, contudo, disfuncional e inacessível para muitas pessoas (Fevre, 2016). O processo de registo completo arrancou apenas em Setembro de 2016, o que demonstra a morosidade envolvida no mesmo. Adicionalmente, nem todas as nacionalidades estão elegíveis pelo programa de recolocação aberto, encontrando-se os Afegãos (a segunda principal nacionalidade de pessoas retidas no país) de fora (o mesmo acontece a partir de Julho/2016 com os Iraquianos), tendo como única opção solicitar asilo na Grécia ou regressar ao seu país<sup>11</sup>. Esta situação, aliada aos reduzidos números de recolocações, as limitadas capacidades do Estado Grego em lidar com o grande número de pessoas retidas no país, as condições em que vivem e a falta de informação e organização, tem

---

<sup>9</sup> Comunicado disponível em: [http://europa.eu/rapid/press-release\\_IP-16-1763\\_en.htm](http://europa.eu/rapid/press-release_IP-16-1763_en.htm)

<sup>10</sup> Comunicado disponível em: <http://asylo.gov.gr/en/wp-content/uploads/2016/08/EN-01.08.2016-Press-Release-end-pre-registration.pdf>

<sup>11</sup> Para mais informações consultar: <http://w2eu.info/greece.en/articles/greece-legal.en.html>

conduzido ao agudizar de tensões entre diferentes nacionalidades e ao desânimo e frustração de quem se encontra à espera sem perspectivas de futuro (AIb, 2016).

De facto, têm sido vários os organismos que têm alertado para as deficientes condições em que se mantêm estas pessoas. O Representante para os Direitos Humanos dos Migrantes da ONU (UNa, 2016), após visita à Grécia em Maio, condenou as práticas de detenções e as condições existentes, incluso de crianças sozinhas e famílias; a morosidade do processo de identificação e protecção de casos vulneráveis; a superlotação dos espaços e o agudizar de tensões; assim como a insuficiente informação disponível sobre os procedimentos e prazos de asilo.

## **2. Estudo empírico**

### **2.1 Metodologia**

Este trabalho foi realizado com base numa pesquisa de fontes primárias e secundárias, com recurso a análise documental e a investigação de terreno, neste último, em forma de estudo de caso (Grécia). Assim, por um lado, foi realizada a revisão de literatura e análise documental nas áreas teórica, jurídica e sociopolítica europeia (estudos, artigos, *media* e organismos *think thanks* do sector), tendo em vista a contextualização e enquadramento do objecto de estudo em análise. Por outro lado, foi realizado trabalho de campo na Grécia entre 26 de Maio a 13 de Junho de 2016, onde através da observação participante, recolha de testemunhos (através de entrevistas semi-estruturadas) e conversas informais com refugiados, voluntários e representantes de organizações no terreno foi possível recolher contributos e experiências reais que permitiram reflectir e dar resposta às minhas questões de partida. Nesse período visitei e participei como voluntária em cinco locais onde se encontravam refugiados, em duas regiões da Grécia: 1) em Atenas (dois campos semi-formais e informais – Porto de Piraeus e Aeroporto de Illiniko e dois espaços ocupados da cidade – Hotel City Plaza e uma escola); 2) e no Norte da Grécia (o campo oficial de refugiados de Katzikas). Nesses locais, para além das várias conversas informais e observação participante, recolhi quatro testemunhos de refugiados (ver anexo 2 e 3). Tendo em conta o tempo e a extrema vulnerabilidade das pessoas contactadas optei por escrever apontamentos das

conversas e entrevistas após o seu término, em vez de as gravar. A selecção dos locais visitados resultou, por um lado, das limitações de ordem temporal e da resposta recebida por parte de organizações que me permitiram efectuar trabalho voluntário enquanto recolhia informação de pesquisa e, por outro, do meu interesse em conhecer diferentes tipos de locais. Em Atenas, as Associações *Amurtel* (em Piraeus) e o *Danish Refugee Council* (Illiniko) foram as organizações através das quais acedi aos campos. No norte da Grécia, a Associação *Lighthouse Relief* foi a ONG que permitiu colaborar no campo formal de refugiados de Katzitikas. Para além destas, contactei os Médicos do Mundo (Mdm), no campo de Katsikas, e voluntários de algumas ONG ou independentes, de forma a obter os seus pontos de vista em relação às condições e processo de asilo e recolocação na Grécia. Por seu turno, nos dois espaços informais, os contactos foram efectuados localmente. A escolha dos testemunhos foi feita tendo em conta a questão da língua (eram pessoas que falavam inglês). Procurei ter em atenção a diversidade de género mas também dos locais e nacionalidades mais presentes: dois testemunhos são de duas mulheres (uma jovem Síria com o marido e um filho, outra mais velha sozinha, de nacionalidade Palestiniana/Síria) e dois homens (um jovem Afegão e um homem mais velho Iraquiano, ambos sozinhos)<sup>12</sup>.

Sendo a metodologia utilizada de cariz exploratório e qualitativo, não tem como objectivo generalizar ou extrapolar a realidade encontrada, mas sim reflectir sobre a mesma e dar uma voz e rosto humano às pessoas que chegam à Grécia, à luz da revisão de literatura e políticas actuais em vigor.

## **2.2 Resultados**

### **2.2.1 Trajectórias até à Grécia**

Uma das primeiras constatações da minha estadia na Grécia foi verificar alguma diversidade, mas também consistência nas rotas de chegada dos refugiados ao continente europeu. Primeiramente, são de salientar as três nacionalidades de pessoas com as quais me cruzei na Grécia: a grande maioria era Síria, Afegã ou Iraquiana e todos chegaram à Grécia por via marítima, com recurso a

---

<sup>12</sup> Para além destas entidades foram ainda contactadas muitas outras, mas com as quais não foi possível colaborar pelos mais variados motivos.

travessias perigosas feitas em barcos organizados por contrabandistas provenientes da Turquia. Enquanto os Sírios vêm através da Turquia, atravessando a fronteira terrestre existente com a Síria, os Afegãos e Iraquianos descrevem trajectos mais diversos e longos, que regra geral incluem a passagem pelo Irão, Síria e Turquia. Parte das pessoas com quem falei referiu uma paragem ou estadia na Turquia como forma de angariação de novos fundos para continuar o trajecto, havendo relatos, nomeadamente de mulheres, cujos maridos partiram à frente e já se encontram em algum país europeu. Outros tinham ainda a família no país de origem ou na Turquia. Quando questionados sobre a razão de não virem juntos, os custos da travessia foram o factor mais vezes apontado. Todos relataram as elevadas somas que tiveram que pagar aos contrabandistas para chegar ali, cujo mínimo rondava os 600 USD pela travessia mas que chegava aos 3000 USD para quem vinha desde o Irão. Foram várias as pessoas que relataram uma experiência directa de insegurança e atentado contra a própria vida, além da vivida na travessia marítima *per se*. Duas pessoas relataram ter vivido situações de tentativa de alvejamento, uma ainda no Irão por parte da polícia nas montanhas (refugiado do Afeganistão), outra de tentativa de alvejamento por parte da polícia Turca, quer na fronteira entre a Turquia e a Síria, quer já nos barcos, aquando da tentativa de chegar à Grécia (refugiada Síria/Palestiniana). Para além destes, houve vários relatos de insegurança nas conversas informais que fui tendo, destacando-se as questões de tentativa de roubo e extorsão por parte dos contrabandistas. No âmbito das entrevistas, a travessia marítima foi relatada sempre com grande emoção, com um misto de medo e de alívio com a chegada à Grécia:

*“I came all the time with my eyes closed and praying. One boat near us, we heard 2 persons drowning because they fell down the boat..”.*

*Mulher jovem Síria. Porto de Piraeus*

Uma mulher Síria/Palestiniana relatou a sua experiência no barco, após um trajecto a pé pela fronteira Turca, onde foi roubada pelos contrabandistas por ser mais velha e estar sozinha. No barco ouviu tiros da polícia turca.

*“The boat trip took us 4 hours... They<sup>13</sup> just put everyone inside, it was a small rubber boat crowded, and left us in the sea with no one to drive. The fear in the boat was horrible...” Mulher Síria/Palestiniana. Campo de Refugiados de Katsikas*

A primeira das questões que coloquei às pessoas foi o porquê de arriscarem tanto para estar ali. Em todos os relatos surgem histórias de violência e de perseguição, seja porque a situação de guerra fez com que as suas casas fossem destruídas, seja por estarem a ser perseguidas por grupos terroristas (o grupo Talibã, no Afeganistão) ou políticos (regime de Assad, na Síria). O relato do jovem Afegão que entrevistei serve de exemplo para as inúmeras histórias semelhantes com as quais me cruzei:

*“They<sup>14</sup> persecute and kill everyone who has worked for the Americans, if we don’t join Taliban. My family had to run away to Kabul because of this and my uncle helped me paying my travel to Turkey”.*

*“One friend of mine didn’t have that possibility<sup>15</sup>, so he had to join Taliban and some months later I’ve heard that he was killed...”*

*Jovem Afegão. Casa alugada/Hotel squat em Atenas*

Uma mulher Síria relatou uma situação também frequente, a destruição do seu lar e morte de familiares:

*“We had our life in Aleppo. Our house was destroyed by a bomb and our 6 months baby died. We decided to leave...”*

*Mulher jovem Síria. Porto de Piraeus*

Ao longo da minha estadia foram várias as conversas e partilhas semelhantes com relatos de experiências dramáticas de guerra e insegurança extrema. Muitas eram famílias inteiras: do avô aos tios e às crianças e bebês. Mas também me deparei com várias pessoas a viajar sozinhas, em

---

<sup>13</sup> Refere-se aos contrabandistas.

<sup>14</sup> Refere-se aos Talibãs.

<sup>15</sup> Refere-se ao facto de ter dinheiro para fugir.

particular jovens e menores adolescentes (alguns mentiam sobre a sua idade para escaparem aos espaços específicos para menores que consideravam como prisões), mas também mulheres com filhos pequenos.

Estas constatações permitem pôr em evidência que estas pessoas estão, de facto, a fugir de situações diversas de insegurança e guerra, tendo como motivo essencial a procura de um local seguro. São, portanto, migrantes forçados, independentemente do estatuto legal de refugiado. Todos recorreram a contrabandistas colocando em risco a sua vida para chegar à Europa. Infelizmente, a disparidade entre os Sírios e outras nacionalidades, como os Afegãos, no acesso preferencial a mecanismos de recolocação europeia cria situações de injustiça e tensão clara entre refugiados. Mais uma vez, até que ponto esta categorização é um meio de assegurar protecção de forma justa e igualitária?

### ***2.2.2 Os espaços de paragem forçada***

A maior parte das pessoas foi transferida para o espaço continental da Grécia após 20 de Março de 2016, apesar de muitas estarem ainda nas ilhas, nomeadamente aquelas que chegaram após a assinatura do tratado com a Turquia. Estas últimas encontram-se em espaços de detenção, aguardando o resultado do processo de extradição e retorno para esse país.

Pode dizer-se que existem três tipos de alojamentos para as pessoas que chegaram antes de 20 de Março – período sobre o qual incide este estudo:<sup>16</sup>

- i) Campos de refugiados formais, do Estado, controlados pelo exército e forças policiais, onde as pessoas se encontram em tendas ou habitações pré-fabricadas. Alguns desses campos estão fechados, sendo de difícil acesso a voluntários, assim como a organizações que procuram ajudar. O Campo de Katzikas é um campo aberto e foi o que visitei.

---

<sup>16</sup> Neste trabalho, centro a minha análise no grupo de pessoas que entrou antes do Tratado UE-Turquia, uma vez que os que chegaram após o mesmo ficaram nas ilhas em campos de “detenção”, de difícil acesso.

- ii) Campos de refugiados semi-formais e informais. A sua existência é reconhecida pelo Estado, que mantém a sua presença no local em forma de controlo policial e/ou de gestão, mas são espaços transitórios, pela ausência de outras alternativas. O porto de Piraeus e o antigo aeroporto de Illiniko são exemplos deste género de locais.
- iii) Casas alugadas com o apoio de várias entidades (ACNUR, ONG, pessoas individuais) e espaços ocupados, designadas como “*squats*”, que são espaços públicos ou privados abandonados nas cidades (prédios, antigas escolas e hotéis), principalmente em Atenas, ocupados por refugiados que vivem de uma forma mais ou menos auto-organizada, com o apoio de voluntários individuais e associações que recusam o apoio do Estado.

Para além destes, existem ainda situações de maior vulnerabilidade - pessoas que vivem na rua, nomeadamente nos grandes espaços urbanos.

Em Atenas, estive no porto de Piraeus, um dos espaços informais onde se encontravam no momento da minha visita cerca de 1200 pessoas, maioritariamente provenientes da Síria, Afeganistão e Iraque, alojadas em tendas de campismo ao ar livre ou dentro de alguns armazéns, em dois dos terminais para onde saem os barcos para as ilhas gregas. Este local, que chegou a ter cerca de 5000 pessoas nos meses anteriores, começou gradualmente a reduzir com a pressão das autoridades para a sua transferência para campos oficiais. O encerramento final deu-se no final de Julho de 2016, praticamente um mês após a minha visita (AYS, 2016). Sob um calor intenso e frio à noite, as condições no porto eram muito duras. A maior parte das pessoas ali residente já lá estava há mais de dois meses; algumas tinham estado noutros campos, mas haviam regressado para Piraeus por considerarem estar melhor ali.

Um homem Iraquiano, com dificuldades de mobilidade por ter sido alvo de um atentado em Kabul, relatou as dificuldades sentidas no porto:

*“I walk with difficulty and pain, I can't sleep at night”.*

*“Iraq is no good, here is also no good..”.*



*Homem Iraquiano. Porto de Piraeus*

Em Illiniko, também em Atenas, as condições não eram particularmente melhores, dado que as pessoas se encontram concentradas dentro e fora de um antigo aeroporto da capital, onde estão alojadas mais de 1500 pessoas, na sua maioria Afegãs, a viver em tendas umas a seguir às outras.

Nos últimos dias em Atenas tive a oportunidade de conhecer dois dos *squats* da cidade – o Hotel City Plaza e uma escola abandonada, dois dos muitos espaços ocupados por refugiados na capital do país ao longo dos últimos meses. O City Plaza, hotel que estava abandonado, albergava agora 400 refugiados, na sua maioria famílias Sírias e Afegãs, cada uma habitando um dos antigos quartos com casa de banho própria. Os espaços ocupados são auto-geridos por associações independentes, que sem apoios estatais e com a participação dos próprios refugiados gerem os espaços, nomeadamente no que diz respeito à segurança, limpeza e cozinha. Regra geral, contam com ligações ilegais a água e luz, o que permite manter os espaços sem custos. Contam igualmente com o apoio de muitos voluntários independentes para as mais variadas tarefas e com o apoio de donativos particulares para manter algumas actividades e os bens essenciais (comida e medicamentos). No City Plaza, era visível que as pessoas estavam em melhores condições, não só porque tinham um verdadeiro tecto e alguma privacidade, mas também porque pareciam fazer parte de um projecto onde tinham voz e participavam na gestão diária do local. Apesar das dificuldades, as pessoas juntam-se para cozinhar em conjunto e organizam as suas actividades, para além de receberem aconselhamento legal e apoio médico por parte de voluntários. Na estadia no hotel, percebi que várias pessoas passavam lá regularmente com a esperança de encontrar um lugar para ficar. Foi o caso de um casal afegão, amigo do jovem afegão entrevistado, que tinha nesse dia feito uma viagem de uma hora de um dos campos de refugiados oficiais existentes junto à cidade, onde a mulher grávida de oito meses se encontrava numa situação muito difícil, sem o apoio médico necessário, a dormir numa tenda de campismo, sem condições de higiene e sob um forte calor. Nesse dia tiveram que regressar, pois não encontraram lugar.

Na antiga escola, outro dos espaços ocupados, encontram-se cerca de 200 refugiados, estes espalhados pelas diferentes salas de aula, já em tendas. No entanto, as famílias com quem falei

disseram preferir estar ali, comparativamente a estarem em Piraeus ou num campo formal. O facto de se sentirem mais protegidos e poderem fazer algumas coisas sem necessitarem de autorização policial/militar era um factor positivo destacado.

Por seu turno, no campo oficial de Katsikas, no norte da Grécia, encontravam-se mais de 900 pessoas provenientes dos três países e Afeganistão, residindo aí um grande número de pessoas, nomeadamente mulheres, pertencentes à minoria *Yazidi*<sup>17</sup> e curda. O campo é gerido pelo exército, que tem a seu cargo a segurança e gestão do espaço e a distribuição da comida. No campo trabalhavam algumas organizações, em particular duas que se encarregavam da maior parte das actividades no terreno (uma das quais, onde colaborei): construção de novos espaços, doação de comida e bens de higiene, distribuição de comida e higiene para bebés, actividades lúdico-educativas, protecção, e água e saneamento, para além das organizações de saúde que periodicamente operavam lá (MdM, MSF e Cruz Vermelha Grega, esta última, sempre fechada). Apesar deste ter sido o local onde mais recursos vi disponíveis, a ausência de uma presença institucional sólida e os conflitos periódicos com os militares (dos refugiados e associações), aliada à localização do campo, num meio rural e isolado, fez com que os relatos partilhados fossem de desalento e frustração crescente. As actividades decorriam dentro de algum caos organizado e vários conflitos (ao longo da minha estadia, foi encerrada a cozinha comunitária que permitia aos refugiados fazer comida, sendo substituída por distribuição diária, à semelhança do que acontecia nos campos de Atenas, assim como criados obstáculos à abertura do *Babby Hammam* – um espaço dedicado às mães e aos seus bebés).

Em todos os locais, a ausência de informação clara sobre o processo de asilo e recolocação e o desânimo pelo prolongado tempo de espera eram sentimentos partilhados. Não assisti ao arranque efectivo do processo de pré-inscrição, mas assisti a informações contraditórias sobre o mesmo, assim como às dificuldades sentidas por muitos quanto à utilização do *skype* para a marcação de entrevistas. Apesar de existência de *wifi* em alguns pontos dos campos e dos refugiados terem

---

<sup>17</sup> Esta é uma minoria étnica e religiosa curda que vive no Iraque, Síria e Turquia e que está a ser vítima de perseguição e genocídio pelo ISIS (UNb, 2016).

telemóveis, a questão da língua é um grande obstáculo, para além da informação disponibilizada ser contraditória.

Os espaços de paragem forçada estão manifestamente aquém do que seria desejável, mas foi interessante constatar que a sensação de maior bem-estar se encontrava em espaços ocupados onde as pessoas auto-geriam os recursos sem apoio governamental, o que, por um lado, aponta para a ausência de provisão de protecção nos espaços oficiais, mas também para a importância da valorização da auto-determinação das pessoas neste processo: havendo alternativas, mesmo que ilegais, as pessoas optam pelo que lhes proporciona maior bem-estar.

### ***2.2.3 Recursos, direitos e vulnerabilidades***

Neste ponto irei centrar-me em alguns temas que considerei importantes, quer na observação de campo feita, quer nas conversas e testemunhos recolhidos.

- *Abrigo e Segurança*

De uma forma geral, a situação encontrada foi de considerável desorganização e de recursos extremamente limitados. Apesar de grande parte das pessoas ter abrigo (à exceção dos que vivem nas ruas), estas vivem, na sua maioria, em condições bastante precárias – nomeadamente nos campos considerados como “informais ou semi-informais”, onde vivem em tendas de campismo coladas umas às outras, em campo aberto ou dentro de espaços sobrelotados expostos a duras condições meteorológicas variáveis.<sup>18</sup> Piraeus pareceu-me ser o local pior, quer em termos de condições de abrigo, quer em termos de segurança, em particular para as muitas crianças que circulam a uns metros do mar e dos barcos, assim como para as pessoas que viajam sozinhas, estando vulneráveis a roubos e agressões. Os únicos que se mantinham no local durante a noite eram uma equipa de voluntários permanentes. Estes frisaram a importância da sua presença para prevenção ou mitigação de situações de tensão e violência entre grupos étnicos e “gangues”, assim como para apoiar situações de emergência inesperadas (e.g. houve um problema de intoxicação

---

<sup>18</sup> Em anexo, algumas fotos do Porto de Piraeus e do Aeroporto de Elliniko (Atenas).

alimentar na comida distribuída, tendo o seu apoio na deslocação de centenas de refugiados ao hospital sido essencial).<sup>19</sup>

No porto de Piraeus, à semelhança do campo de Illiniko, deparei-me com casos de mulheres grávidas, por exemplo, que dormiam no chão, o mesmo acontecendo com outros grupos vulneráveis. Aquando da minha estadia acompanhei uma voluntária a comprar colchões de campismo, para que a associação com a qual colaborávamos as pudesse distribuir às mulheres grávidas que apoiavam.

Para minha surpresa, grande parte do apoio providenciado aos refugiados era garantido por doações individuais e voluntárias das muitas pessoas que se encontram no país por estadias mais ou menos reduzidas (muitos voluntários estavam cerca de duas semanas – como foi o meu caso –, mas cruzei-me com pessoas que já estão ou iriam estar na Grécia por um período mais prolongado).

A entrevista realizada a uma jovem Síria, há um mês em Piraeus com o seu marido e o filho bebé de um ano, mostrou as dificuldades enfrentadas por muitos refugiados. Quando chegaram das ilhas, não tinham lugar nos dois campos para onde se dirigiram em Atenas, tendo-se por isso ido ao porto de Piraeus. Contudo, à entrada do Terminal a polícia não os deixou entrar, pois não tinham o cartão que daria autorização para a sua permanência. Sem terem para onde ir, resolveram arriscar e entrar na mesma no porto, de táxi, ainda que não tivessem tenda ou pessoas familiares que os acolhessem (os táxis e carros circulam no porto sem controlo policial). Na sua chegada, uma família Síria que os viu sair do táxi acolheu-os num espaço junto às suas tendas, onde ficaram a dormir ao ar livre, pois não tinham literalmente nada. Ali se encontravam com o seu apoio quando os conheci. Mais uma vez, no decorrer da minha estadia, foi uma voluntária que lhes ofereceu uma tenda para que tivessem um espaço onde dormir.

Outro jovem entrevistado, este Afegão, relatou igualmente as dificuldades tidas em relação ao alojamento. Quando o conheci, estávamos ambos como voluntários a fazer as cerca de 1200

---

<sup>19</sup> Veja-se notícia em anexo, como exemplo: <https://sao.ngo/blog/refugees-accutely-food-poisoned-in-Piraeus-port>

sandes que iriam ser distribuídas ao almoço em Piraeus (ele, como muitos outros refugiados, ajudavam como forma de se ocupar). Referiu que devido a problemas de saúde tinha ido para uma casa em Atenas, cedida pelo Estado. Contudo, o espaço foi entregue totalmente vazio e sem condições e ele não tinha recursos para poder comprar nada, de forma que tinham sido uns voluntários que conheceu que o ajudaram, pagando a renda de um quarto onde ele estava a ficar.

*“It is very difficult to be here as a refugee all alone. If you have a family, you support each other. Alone is too hard.”*

*Jovem Afegão. Casa alugada/Hotel squat em Atenas*

Mais tarde, cruzei-me com ele quando visitei o *squat* Hotel City Plaza, onde tinha conseguido um lugar há poucos dias, tendo referido a sua satisfação e alívio.

No que diz respeito às questões de segurança, apenas uma vez me foi exigida identificação à entrada nos campos formais, semi-formais e informais (no campo de Katsikas), o que demonstrou a relativa facilidade com que qualquer pessoa pode entrar e sair dos locais de abrigo onde se encontram pessoas em situação de extrema vulnerabilidade.

*“I have no more money left. I sleep with difficulties at night...always thinking...it is not safe.”*

*Homem Iraquiano. Porto de Piraeus*

Verifiquei igualmente uma clara discrepância entre a preocupação dada ao controlo por parte das autoridades às entradas e saídas de refugiados face às pessoas de fora (organizações e voluntários), bem como a arbitrariedade de todo esse processo. Por exemplo, no Porto de Piraeus todos os refugiados tinham que se apresentar à entrada do terminal onde estava estabelecida uma tenda policial<sup>20</sup>; mas a identificação dos refugiados era feita com base na análise subjectiva das pessoas que passavam, o que dava a entender que o escrutínio das autoridades se baseava exclusivamente nas características físicas e de vestuário das pessoas que aí chegavam.

O único local onde me foi barrada a entrada no primeiro encontro foi o Hotel City Plaza, onde se encontravam pessoas voluntárias e os próprios refugiados à porta, que zelam pela segurança do

---

<sup>20</sup> Só era autorizada a entrada aos refugiados que tinham um cartão que permitia a sua permanência no Porto.

espaço ocupado. Neste caso, tive que explicar os motivos da minha visita e aguardar na entrada a chegada de uma pessoa da organização para me acompanhar.

Por outro lado, ouvi relatos de voluntários e associações sobre campos onde o acesso a ajuda é negado pelas autoridades, sendo os refugiados que disponibilizavam alguma informação sobre as deficientes condições em que viviam. Apesar de a maioria poder sair dos espaços em que está, caso o faça, pode pôr em risco o seu processo de recolocação ou asilo na Grécia, facto que condiciona a sua movimentação.

- *Saúde, alimentação e higiene*

As organizações de apoio aos refugiados, à excepção das de saúde, são maioritariamente de pequena dimensão e funcionam em grande parte com voluntários. Mesmo na área da saúde os serviços prestados não eram permanentes e os recursos limitados. Uma técnica dos MDM em Katzikas referiu prestarem cuidados primários de saúde, referindo os casos crónicos para a clínica dos MSF, estando a organização a efectuar visitas de levantamento de necessidades em vários campos nas proximidades onde não está ninguém a apoiar. Iam igualmente lançar uma clínica móvel de nutrição infantil. No período da minha estadia, ainda não estavam contemplados programas de vacinação das crianças e os serviços de apoio psicológico e psiquiátrico eram praticamente inexistentes em qualquer dos locais<sup>21</sup>.

Por seu turno, a comida era assegurada em todos os locais onde estive, através da distribuição de comida doada pelo exército, que era complementada com comida feita pelos voluntários, devido a questões nutricionais e à insatisfação dos refugiados com a mesma. Mesmo a distribuição de comida do exército, em Piraeus, era assegurada pelos voluntários num cenário que envolvia filas prolongadas ao sol e alguma tensão com os refugiados. Nos *squats*, estas situações já não aconteciam.

---

<sup>21</sup> Os MSF têm na sua equipa psiquiatras, mas para casos crónicos.

As condições de higiene, por outro lado, eram extremamente débeis (à excepção dos *squats*). As casas de banho e chuveiros eram limitados para o grande número de pessoas nos locais; não se respeitavam locais separados para homens e mulheres, e a limpeza das casas de banho (amovíveis) bastante preocupante. Nas tendas era habitual entrar água quando chovia, assim como animais (insectos, ratos e cobras). Era comum ouvir queixas como: “*They treat us like animals here*” ou “*Is this Europe?*”.

- *Casos de vulnerabilidade: crianças, menores não acompanhados e mulheres*

Foi com grande preocupação que observei a ausência de serviços “amigos” de crianças e de mulheres nos vários locais por onde passei e nos relatos que ouvi de outros campos.

Existiam actividades lúdicas para as crianças desenvolvidas por voluntários (nas quais participei directamente no campo de Katsikas), envolvendo a realização de jogos, desenhos e algum desporto. Existiam também algumas aulas informais de línguas dinamizadas por voluntários (assisti directamente no campo de Katsikas e Piraeus). À parte isso, as crianças estavam sem qualquer perspectiva de integração escolar e a maior parte nunca sequer tinha ido à escola, uma vez que provinham de contextos onde há vários anos se encontram em situação de insegurança. Os espaços nos campos para a realização destas actividades eram tendas em muito mau estado (Katzitkas) ou ao ar livre (Piraeus).

As crianças são um grupo particularmente vulnerável, não só pelas experiências traumáticas por que passaram, mas por continuarem a viver num contexto extremamente precário, que põe em causa o seu crescimento seguro e saudável. As condições psicológicas e emocionais em que se encontram é extremamente débil. Tal era visível pelas manifestações de agressividade, instabilidade emocional e os desenhos que faziam (muitos retratos de barcos e armas)<sup>22</sup>.

Em questões de segurança (conforme referido no ponto acima), os locais são manifestamente inseguros, dada a ausência de controlo por parte das autoridades (exército ou polícia) de entradas

---

<sup>22</sup> Disponível no Anexo 4 um exemplo.

e saídas dos campos/casas de abrigo. Estas questões surgem cada vez mais publicamente nos *media* e por organizações de direitos humanos, face aos inúmeros relatos de insegurança, como agressões ou tentativa de abuso sexual de menores<sup>23</sup>.

O caso das mulheres sozinhas e mesmo de idosos ou pessoas com necessidades especiais, é igualmente de grande vulnerabilidade. Foi-me relatado pela equipa da associação com quem colaborei e que lidava diariamente com as questões de protecção e género, a dificuldade sentida dentro do campo para prevenir e lidar com situações de potencial insegurança e violência sexual, uma vez que eles próprios também não dispunham de meios e soluções para os casos detectados.

Para além da grande vulnerabilidade a que estas pessoas estão expostas, foi com grande surpresa que encontrei, num espaço europeu, uma situação generalizada de precaridade e ausência de uma presença institucional que garantisse a protecção, segurança e direitos destas pessoas. A ausência de profissionais qualificados, o reduzido número de organizações internacionais experientes no sector e ausência de informação clara sobre os procedimentos para o processo de recolocação e asilo por parte das autoridades e organismos internacionais como o ACNUR, deixa um enorme vazio que tem vindo a ser colmatado por uma ampla presença de voluntários independentes (gregos e internacionais), com muita vontade de ajudar mas sem as qualificações que seriam desejáveis. Existem igualmente inúmeros activistas sociais que, através das redes sociais, divulgam e disponibilizam informação essencial e crítica sobre esta realidade.<sup>24</sup> Esta situação vai ao encontro dos relatórios e artigos mais actuais citados no capítulo anterior demonstrando a fraqueza do sistema de protecção actual.

#### ***2.2.4 Expectativas para o futuro***

O sentimento geral por parte das pessoas que aguardam há meses que os seus processos de asilo/recolocação avancem, é de desesperança e humilhação. Devido à falta de informação providenciada pelas autoridades gregas, a aparente desorganização dos serviços de apoio, as

---

<sup>23</sup> Vejam-se como exemplo: <https://www.theguardian.com/world/2016/aug/13/child-refugees-sexually-assaulted-at-official-greek-camps>.

<sup>24</sup> Deixo como exemplo, o trabalho da activista que contactei e que divulga a situação dos refugiados na Europa (Butterly, 2016): <https://vimeo.com/182161070>.



restrições de movimento (com as fronteiras fechadas) e a ausência de serviços de protecção e de integração consolidados, milhares de pessoas vivem sem perspectivas quanto ao futuro. As crianças não vão à escola, os estudantes mais velhos pararam os seus cursos superiores e os adultos não podem fazer mais nada senão esperar. De referir que a maior parte das pessoas com quem falei tinha um trabalho no seu país – desde engenheiros a taxistas – ou estavam a estudar. Não tendo possibilidade de trabalhar ou estudar, estas pessoas estão relegadas a uma situação de enorme marginalidade e exclusão. Junto das pessoas que entrevistei, existia uma grande vontade de prosseguir caminho e retomar uma vida normal noutra país europeu, indo ao encontro de familiares (muitos referem a Alemanha como destino preferencial, mas outros querem apenas construir uma vida em algum sítio seguro). Confrontados com a possibilidade de regressar ao seu país, a maioria quer voltar quando a situação for segura. Alguns chegam a manifestar que talvez não tivessem vindo se soubessem o que iriam viver na Grécia.

*“I am alone here but I can't go back.”*

*“I don't like to be here, I want to go back to Turkey, here I don't see no future”.*

Jovem Afegão. Casa alugada/Hotel squat em Atenas

*“I was born in a refugee camp and here I am again...I hope I won't die here.”*

Mulher Palestiniana/Síria. Campo formal de Katsikas

*“I don't know, I just want to go to somewhere safe”.*

Mulher jovem Síria. Porto de Piraeus

Relatos sobre as tentativas de continuar a travessia recorrendo aos contrabandistas eram frequentes. Muitas vezes surgiram relatos de pessoas/famílias que de um dia para o outro “desapareciam”, vindo-se depois a saber que tinham partido de forma ilegal ou que já tinham regressado após uma tentativa falhada. Esta situação era partilhada com grande preocupação junto de voluntários e ONG, que enfrentavam o dilema moral entre a preocupação pela sua segurança junto de redes mafiosas e alguma “compreensão” face à situação difícil que testemunhavam nos campos. Isto remete novamente para a ausência de mecanismos legais de protecção e a falta de vontade e solidariedade política para uma solução integrada. Por outro lado, poderá o recurso ao contrabando ser considerado como a última forma de agência disponível para estas pessoas?

### 3. Conclusões

Após a análise do debate teórico nesta área, dos instrumentos legais que norteiam as políticas de protecção internacional, em particular na Europa, e dos resultados do estudo empírico realizado, torna-se evidente a clara tensão e dicotomia entre as necessidades de protecção internacional aos refugiados, por um lado, e as políticas e discursos de restrição à entrada de pessoas no espaço europeu, por outro.

A visita à Grécia contribuiu significativamente para observar os enormes constrangimentos e vulnerabilidade das pessoas que buscam refúgio, e que num país europeu vivem num contexto de ausência de perspectivas de protecção imediata e futuro. A realidade humana e bem-estar destas pessoas são suplantadas pela agenda securitária europeia e pelo discurso de medo avançado por muitos Estados, que sob a premissa do terrorismo, ou da falta de trabalho e condições de integração, condicionam a entrada de mais refugiados nos seus países. A ausência de um compromisso e solidariedade entre os EM dificulta a adopção de uma abordagem mais compreensiva e integrada das migrações forçadas, alicerçada nos direitos humanos. Veja-se, por exemplo, a dificuldade em se chegar ao acordo das quotas de recolocação em 2015, e, mais actualmente, os números reduzidos de realocações que efectivamente se realizaram.

Mais especificamente, os resultados da pesquisa efectuada na Grécia permitiram-me concluir que:

- 1) A generalidade das pessoas que se encontram no país e procuram asilo na Europa são genuínos “refugiados” ou, pelo menos, migrantes forçados, no sentido em que todas fogem de alguma forma de perseguição ou guerra mais generalizada; e não teriam efectuado uma travessia tão perigosa, muitas com crianças, se de facto não estivessem a fugir de uma situação dramática que coloca em perigo a sua vida.
- 2) As pessoas que se encontram na Grécia perderam tudo – incluindo a sua realidade social, como Gibney (2000) refere; a maior parte trabalhava ou estudava, tinha uma casa e uma vida “normal” no seu país, até que algo as obrigou a decidir partir. Ninguém veio à procura de melhor trabalho ou melhores condições de vida; vieram por razões de

- segurança. Infelizmente, a situação em que se encontram e por que tiveram que passar para chegar à Grécia não é a que esperavam; muitos estão desiludidos e numa situação de extrema vulnerabilidade e fragilidade física, psicológica, social e económica.
- 3) Estas pessoas tiveram que despender recursos consideráveis para pagar a travessia, recorrendo a rotas de contrabando ilegal e expondo-se a situações de enorme risco; muitas continuam a auto-financiar-se ali. Há que ter em conta que estas pessoas não representam todas as camadas da população, mas sim uma minoria – aquela com mais recursos, o que lhes permitiu chegar ali. Muitos não o puderam fazer (Gybney, 2000).
  - 4) Para além disso, vários já tinham passado por um país de primeiro asilo (Turquia), mas optaram por continuar por este não lhes permitir perspectivas de integração e bem-estar. Esta evidência vai ao encontro de vários relatórios de direitos humanos, mas contra o discurso e políticas recentes europeias, visíveis no recente Tratado com a Turquia que a considera como país “seguro” (e.g. Collet, 2016).
  - 5) Não é compreensível a ausência de informação clara sobre o processo de inscrição para a recolocação ou asilo na Grécia e o prolongado atraso do mesmo a ser implementado. As limitações das autoridades nacionais são claras e a forma de suporte da comunidade internacional e europeia parece manifestamente insuficiente (e.g. Fevre, 2016).
  - 6) A dimensão do apoio prestado pela sociedade civil é substancial, nomeadamente através de voluntários nacionais e internacionais e de pequenas organizações a operar no terreno, não sendo muito visível a presença dos organismos internacionais e do próprio Estado grego (para além dos militares). Esta área é merecedora de investigação no futuro.
  - 7) Contudo, apesar dos esforços da sociedade civil, o vazio deixado pelos mecanismos de protecção em vigor resulta na incapacidade em satisfazer com o mínimo de qualidade as necessidades de protecção dos refugiados e no cumprimento de tratados internacionais (detenções, ausência de condições de alojamento, devoluções à Turquia, etc).
  - 8) A visão dos refugiados como vulneráveis e com limitada capacidade de acção (estando forçados a estar em locais sem poder fazer nada) vai ao encontro da tendência em retirar-lhes poder sobre as suas vidas e voz quanto ao seu futuro (Pupavac, 2008). Essa é

claramente uma falha de protecção. No entanto, estes mesmos refugiados mantêm formas informais de “agência”, seja recorrendo a contrabandistas para prosseguir para outros países, seja nas escolhas que fazem (como a preferência por irem para *squats*), seja no apoio entre si e na activação das suas redes sociais.

- 9) Mas a que custo? Para além das pessoas que sucumbiram no trajecto, muitas vão despendendo os seus recursos para se manterem ali, outras passarão à “ilegalidade” com o recurso a contrabandistas para prosseguir caminho, e as que ficam, mantêm-se num limbo, sem perspectivas de integração num espaço social significativo (trabalho, educação, etc).

Ao nível macro, existem várias questões em aberto, entre elas, destaco:

- 1) A instrumentalização crescente das políticas migratórias e de protecção servem interesses de Estados e sua securitização, com consequentes custos sobre os direitos e liberdades das pessoas que procuram asilo e os refugiados;
- 2) Esta dicotomia entre a politização das migrações e uma abordagem de direitos humanos mantém um sistema de protecção fragilizado e fragmentado (Zetter, 2015)
- 3) Facto esse acentuado pela vigência de instrumentos legais de protecção (Convenção de 1951) desactualizados e, portanto, desadequados para assegurar uma efectiva protecção para as pessoas que dele necessitam (Gibney, 2015);
- 4) Prevalece, assim, a urgência de reinventar estes mecanismos, indo ao encontro da complexidade das migrações forçadas contemporâneas, respeitando princípios de igualdade, mas também tendo em conta as necessidades específicas das populações deslocadas e dos Estados que as acolhem. Não há uma solução *one size fits all*.
- 5) Na Europa, estas poderiam passar pela efectiva agilização dos processos de realocação previstos, à luz da história de solidariedade e defesa dos direitos humanos pela qual o continente é conhecido, houvesse vontade política para isso, mas não só. É importante repensar a questão de proximidade e a necessidade da presença física para asilo internacional, procurando soluções alternativas como esquemas humanitários de

reassentamento, políticas mais proactivas junto dos países terceiros, que vão ao encontro da essência dos problemas que conduzem à deslocação de milhares de pessoas para fora do seu país de origem, assentes num verdadeiro sistema de partilha de responsabilidade global que permitiria reduzir as desigualdades entre Estados e garantir protecção a quem dela necessita.

## Referências bibliográficas

- Amnesty International (2016a). No Safe Refuge. Asylum-Seekers and Refugees denied effective protection in Turkey. 1ª Ed. London: Creative Commons.
- Amnesty International (2016b). Messages from Greece: Afghans running out of options, August 2016 [Em Linha]. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/latest/campaigns/2016/08/messages-from-greece-afghan-refugees-running-out-of-options/> [Acesso em: 2016/9/9].
- Amnesty International (2014). The Human Cost of Fortress Europe. Human Rights Violations against Migrants and Refugees at Europe's Borders. 1ª Ed. London: Amnesty International.
- Arendt, H. (1962). The Origins of Totalitarianism. 7ª Ed. Ohio: The World Publishing Company.
- Asylum Service (2016). *End of large-scale pre-registration on mainland Greece. Joint Press Release* [Em Linha]. Disponível em: <http://asylo.gov.gr/en/wp-content/uploads/2016/08/EN-01.08.2016-Press-Release-end-pre-registration.pdf> [Acesso em: 2016/9/9].
- AYS (2016). Last tent folded: refugees evicted from Piraeus port, July 2016 [Em Linha]. Disponível em: <https://medium.com/@AreYouSyrious/ays-special-last-tent-folded-refugees-evicted-from-piraeus-port-75384d490db0#.48y6qez5f> [Acesso em: 2016/8/24].
- Banulescu, N. & Fratzke, S. (2015). *Europe's Migration Crisis in Context: Why now and what's next?* [Em Linha]. Disponível em: <http://www.migrationpolicy.org/article/europe-migration-crisis-context-why-now-and-what-next> [Acesso em: 2016/9/9].
- Black, R. (2001). Fifty Years of Refugee Studies: From Theory to Policy. *International Migration Review*, Vol.35, No. 1, pp. 57-78.
- Butterly, C. (2016). *Refuge* [Em Linha]. Disponível em: <https://vimeo.com/182161070> [Acesso em: 2016/9/20].
- Cameron, B. (2014). Reflections on Refugees Studies and the Study of Refugees: Implications for Policy Analysts. *Journal of Management & Public Policy*, Vol. 6, No. 1, pp. 4-13.
- Carrera et al (2015). The EU's response to the Refugee crisis. Taking Stock and Setting Policy Priorities. *Centre for European Policy Studies*.
- Collet, E. (2016). *The Paradox of the EU-Turkey Refugee Deal* [Em Linha]. Disponível em: <http://www.migrationpolicy.org/news/paradox-eu-turkey-refugee-deal> [Acesso em: 2016/9/9].
- Duvell, F. (2012). Transit Migration: A Blurred and Politicized Concept. *Population, Space and Place*, Vol. 18, pp. 415-427.
- European Commission (2016a). *Relocation and Resettlement: EU Members must act to sustain current management of flows*. Press release, May 2016 [Em Linha]. Disponível em: [Acesso em: 2016/9/9]
- European Commission (2016b). *Implementing the EU-Turkey Statement*, June 2016, [Em Linha]. Disponível em: [http://europa.eu/rapid/press-release\\_MEMO-16-1664\\_en.htm](http://europa.eu/rapid/press-release_MEMO-16-1664_en.htm) [Acesso em: 2016/9/9].
- European Commission (2016c). *Relocation and Resettlement – State of the Play*, June 2016 [Em Linha]. Disponível em: [http://ec.europa.eu/dgs/home-affairs/what-we-do/policies/european-agenda-migration/background-information/docs/20160615/factsheet\\_relocation\\_and\\_resettlement\\_-\\_state\\_of\\_play\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/dgs/home-affairs/what-we-do/policies/european-agenda-migration/background-information/docs/20160615/factsheet_relocation_and_resettlement_-_state_of_play_en.pdf) [Acesso em: 2016/9/9].

European Commission (2016d). *Relocation and Resettlement – State of the Play*, September 2016 [Em Linha]. Disponível em: [http://ec.europa.eu/dgs/home-affairs/what-we-do/policies/european-agenda-migration/background-information/docs/20160928/factsheet\\_relocation\\_and\\_resettlement\\_-\\_state\\_of\\_play\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/dgs/home-affairs/what-we-do/policies/european-agenda-migration/background-information/docs/20160928/factsheet_relocation_and_resettlement_-_state_of_play_en.pdf) [Acesso em: 2016/9/9].

European Commission (2014). *A Common European Asylum Service*. 1ª Ed. Publications Office of the European Union: Luxembourg.

Fargues, P. & Bartolomeo, A. (2015). Drowned Europe. Policy Brief. *Migration Policy Centre, EUI*.

Fevre, A. (2016). Asylum policies and practices impairing the access to international protection in Greece. *Greek Forum for Refugees, CEU*.

Fiddian-Qasmiyeh, E. et al (2014). Introduction: Refugee and Forced Migration Studies in Transition. In: Fiddian-Qasmiyeh, E. et al (Eds) *The Oxford Handbook of Refugees and Forced Migration Studies*. 1ªEd. Oxford: Oxford University Press, pp. 1-19.

Frantziou, E, Staiger, U. et Chaytor, S. (2014). Refugee Protection, Migration and Human Rights in Europe, *UCL Policy Briefing*.

Fratzke, S. (2015). Not Adding Up. The Fading Promise of Europe's Dublin System. *Migration Policy Institute Europe*.

Gibney, M. (2015). Refugees and justice between states. *European Journal of Political Theory*, Vol. 0 (0), pp.1-17.

Gibney, M. (2000). Caring at a Distance: (Im)partiality, Moral Motivation and the Ethics of Representation - Asylum and the Principle of Proximity. *Ethics, Place & Environment*, Vol.3 (3), pp. 313-317.

Goodwin-Gill, G. (2015). The International Law of Refugee Protection. In: Fiddian-Qasmiyeh, E. et al (Eds) *The Oxford Handbook of Refugees and Forced Migration Studies*. 1ªEd. Oxford: Oxford University Press, pp. 36-47.

Hatton, T. (2015). Asylum policy in the EU: the case for deeper integration. *CESifo Economic Studies*, Vol. 61, No. 3, pp. 605-637.

Heisbourg, F. (2015). The Strategic Implications of the Syrian Refugee Crisis. *Survival*, Vol. 57, No. 6, pp. 7-20.

Helldorff, J. (2015). *The EU Migration Dilemma*. Heinrich Boll Stiftung, European Union.

Kjaerum, M. (2002). Refugee Protection between State interests and Human Rights: Where is Europe Heading? *Human Rights Quarterly*, Vol. 24, No. 2, pp. 513-536.

Lukic, V. (2016). Understanding Transit Asylum Migration: Evidence from Serbia. *International Migration*, IOM: John Wiley & Sons Lda.

Mcadam, J. (2014). Human Rights and Forced Migration. In: Fiddian-Qasmiyeh, E. et al (Eds) *The Oxford Handbook of Refugees and Forced Migration Studies*. 1ªEd. Oxford: Oxford University Press, pp. 203-214.

Médicos Sem Fronteiras (2016). *MSF rejects all EU funding over Turkey refugee deal* [Em Linha]. Disponível em: <http://www.msf.org.uk/node/30946> [Acesso em: 2016/9/1]

Nancheva, N. (2015). The Common European Asylum System and the Failure to Protect: Bulgaria's Syrian refugee crisis. *Southeast European and Black Sea Studies*. Vol. 15, No. 4, pp. 439-455.

- Newland, K. (2015). Rethinking Global Protection. New Channels, New Tools. *Migration Policy Institute*.
- Pupavac, V. (2008). Refugee Advocacy, Traumatic Representations and Political Disenchantment. *Government and Opposition*, Vol. 43, No. 2, pp. 270-292.
- Rozakou, K. (2012). The Biopolitics of Hospitality in Greece: Humanitarianism and the management of refugees. *American Ethnologist*, Vol. 39, No. 3, pp. 562-567.
- Sabic, S. e Boric, S. (2016). At the Gate of Europe: A Report on Refugees on the Western Balkan Route. 1ª Ed. Zagreb: Friedrich Ebert Stiftung.
- Shacknove, A. (1985). Who is a Refugee? *Ethics*, Vol. 95, No. 2, pp. 274-284.
- Stavroupoulou, M. (2016). Refugee Protection in Europe: time for a major overhaul? *Forced Migration Review. Destination Europe*, FMR51, pp. 7-9.
- Taran, P. (2000). Human Rights of Migrants: Challenges of the New Decade. *International Migration*, Vol. 38, No. 6, pp. 7-51.
- The Guardian (2016). "Sexual assaults on children" at Greek refugee camps, August 2016 [Em Linha]. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2016/aug/13/child-refugees-sexually-assaulted-at-official-greek-camps> [Acedido em: 29/9/16].
- Thielemen, E. & Dewan, T. (2006). The myth of free-riding: Refugee protection and implicit burden-sharing. *West European Politics*, Vol. 29, No. 2, pp. 351-369.
- UN (2016a). *UN Special Rapporteur on the Human Rights of migrants concludes his follow up country visit to Greece, May 2016* [Em Linha]. Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=19972&LangID> [Acedido em: 29/9/16].
- UN (2016b). *UN Human Rights panel concludes ISIS is committing genocide against Yazidis*, June 2016 [Em Linha]. Disponível em: <http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=54247#.V82M-ZgrJoU> [Acedido em: 29/9/16].
- UNHCR (2010). *Convention and Protocol relating to the Status of Refugees*. UNHCR: Geneva.
- UNHCR (2016a). *Global Trends. Forced Displacement in 2015*. UNHCR: Geneva.
- UNHCR (2016b). *Refugees/Migrants Emergency Response - Mediterranean* [Base de Dados], Setembro 2016, UNHCR. Disponível em: <http://data.unhcr.org/mediterranean/regional.php> [Acedido em: 29/9/16].
- UNHCR (2016c). UNHCR redefines role in Greece as EU-Turkey deal comes into effect, March, 2016, [Em Linha]. Disponível em: <http://www.unhcr.org/news/briefing/2016/3/56f10d049/unhcr-redefines-role-greece-eu-turkey-deal-comes-effect.html> [Acedido em: 29/9/16].
- Weiner, M. & Munz, R. (1997). Migrants, refugees and foreign policy: prevention and intervention strategies. *Third World Quarterly*, Vol 18, No. 1, pp. 25-51.
- Zamfir, I. (2015). *Refugee Status under International Law*, European Parliamentary Research Service [Em Linha]. Disponível em:



[http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/ATAG/2015/569051/EPRS\\_ATA\(2015\)569051\\_EN.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/ATAG/2015/569051/EPRS_ATA(2015)569051_EN.pdf)  
[Acesso em: 2016/9/20].

Zaragoza, J. (2015). Analysing the Causes of the Refugee Crisis and the Key Role of Turkey: Why Now and Why so Many? *European University Institute Working Paper*, RSCAS 2015/95.

Zetter, R. (2015). Protection in Crisis: Forced Migration and Protection in a Global Era. *Migration Policy Institute*.

## ANEXOS

## Anexo 1 - Cronologia das medidas de controlo na rota migratória dos Balcãs

Data	Países/Fronteira	Tipologia	
Abril de 2015	Bulgária-Turquia	Vedação	Construção de arame ao longo de 160 km de fronteira entre os dois países
Setembro de 2015	Hungria-Sérvia	Vedação	Construção de vedação de arame ao longo de 175 km de fronteira dos 2 países
	Alemanha, Áustria, Eslováquia e Holanda	Controlo de Fronteira	
Outubro de 2015	Hungria-Croácia	Vedação	Extensão de vedação de arame da Sérvia à Croácia
	Hungria-Eslovénia	Controlo de Fronteira	
Novembro de 2015	Macedónia-Grécia	Vedação	Criação de 30 km de vedação de arame na fronteira
	França e Noruega	Controlo de Fronteira	
Novembro de 2015	Eslovénia-Croácia	Vedação	Construção de vedação de arame ao longo da fronteira terrestre dos 2 países
Dezembro de 2015	Áustria-Eslovénia	Vedação	Construção de muro de metal entre os 3,7km de fronteiras principais com a Eslovénia
Janeiro de 2016	Suécia-Dinamarca	Vedação	Criação de uma rede temporária para facilitar o controlo entre as fronteiras no sul do país
	Suécia e Dinamarca	Controlo de Fronteira	
Março de 2016	Macedónia-Grécia	Fecho de Fronteira	

Quadro Adaptado de Sabic, S. e Boric, S. (2016). At the Gate of Europe: A Report on Refugees on the Western Balkan Route.

## Anexo 2 - Guião orientador das Entrevistas Semi-estruturadas (Testemunhos)

### 1. General Information

I am currently undertaking a master in International Development and Cooperation, as a student in Lisbon, and I am now doing a final research work focused in the present refugee's situation in Europe. The goal of this interview is to perceive your direct experience as a person who has reached Europe recently and what has been your practical experience regarding your rights and also difficulties. The information collected will be strictly confidential and anonymous, meaning that it will be only used for this research purpose.

### 2. Interview Guidance

- i) **Personal:** country of origin/age/gender/school literacy and profession
  - ii) **Family profile:** have you came alone, with family/children or friends, other?
  - iii) **Main reason for leaving home country?** Was it planned, was there some specific situation?
  - iv) **Route taken from country of origin:** what type of motives lead to the decision to come to Europe; was it the first choice, where have you stayed before arriving in Greece, how have you entered in the country.
  - v) **Economic autonomy:** how have you managed to finance your travel; have you used the smugglers in your route; have you been able to provide the basic needs during the journey and now? If not, what have been your reliable resources strategies: work, family, NGO/international organizations support...?
  - vi) **Social Networks:** do you rely upon social networks and family links in Europe for support and guidance?
  - vii) **Situation as a refugee in Greece:** 0) when have you arrive; 1) what has been the information and support provided; 2) which are the main difficulties faced; 3) do you want/have already applied for refugee status in Greece?; 4) what are you doing here while waiting?; 5) which are the coping strategies employed; 6) have you received information/support from the national authorities and international organizations in Greece (which – examples)
- (**If a women:** are there specific support structures being provided for your children care and integration while staying here (such as school, child and maternal health?); what are your main difficulties?; if alone, are there specific challenges, such as insecurity or violence, that you have directly experienced or testify?
- viii) **Future:** what are your expectations for the future (work, family reunion, social integration, country of legal residence)? Would you want to return to your home country soon, if possible? Do you consider you are safer here or in a better situation then you were in your country?

### Anexo 3 - Testemunhos

#### - Atenas (Porto de Piraeus)

##### *Jovem mulher Síria, marido e filho de um ano*

Cruzei-me com XX porque o seu marido veio perguntar-me se conhecia algum médico para a sua mulher. Ele não falava inglês mas foi chamar a sua mulher, que estava com o bebé, filho de ambos. Ela chegou, com o braço junto ao peito engessado segurando o bebé ao colo no outro braço.

Explicou ter-se aleijado no pulso quando ainda estavam em Lesbos (onde permaneceram 2 meses e meio após vir de barco da Turquia). Lá houve um problema entre os refugiados e a polícia e as pessoas começaram a fugir, tendo ela caído no meio da multidão e aleijado o pulso. Provenientes da Síria, Aleppo, tinham casado em 2013 quando ela tinha 20 anos. *“We had our life in Aleppo. Our house was destroyed by a bomb and our 6 months baby died. We decided to leave..”* Após isso decidiram fugir e vieram pela Turquia a pé até apanharem o barco para a Grécia a 19 de Março, que lhes custou 600 USD. Relatou o medo da viagem: *“I came all the time with my eyes closed and praying. One boat near us, we heard 2 persons drowning because they fell down the boat..”*

Fala com a família dia sim dia não, através do telemóvel do marido. *“What i miss the most is my mom, the normal life i had”*. O marido era comerciante, vendia e transportava legumes e ela estava em casa. Estavam já em Piraeus há um mês sem documentos, pois entraram sem autorização no porto. *“we don't have a tent to sleep, but a family is helping us”*.

Sairam de Lesbos para Atenas, onde tinham uma marcação para a entrevista em Julho, com o apoio de um amigo que lhes deu 100 euros para pagar o barco até Piraeus. Os 2 campos onde foram tentar ficar em Atenas estavam cheios e não os deixaram entrar por isso decidiram ir para o Porto, onde estão sem autorização pois a polícia também já não os deixou entrar. Como forma de entrar, apanharam um táxi e uma família Síria que não conheciam, mas que agora consideram amigos, ajudou-os acolhendo-os num espaço junto às suas tendas onde têm dormido. Também não têm cartões de alimentação. Estão ilegais num campo já por si mesmo ilegal.

Para onde querem ir? Não têm família na Europa, por isso ela encolheu os ombros e sorriu *“I don't know, I just want to go to somewhere safe”*.

##### *A Família amiga Síria*

Ela casou com 16 anos, estudou até ao 6º ano e não trabalhava. Tem 3 filhos, um deles já nascido na Turquia com 2 anos. O marido veio antes e já está na Alemanha. Ele trabalhava como carpinteiro e taxista. A sua casa na Síria foi bombardeada e saíram há 2 anos da Síria para a Turquia, onde o marido trabalhou durante algum tempo para sustentar a família e juntar dinheiro para a travessia para a Europa. Ela veio com os 3 filhos e parte da sua família (tios) em Março onde estão há 3 meses à espera de poder prosseguir caminho para a Alemanha.

*Homem Iraquiano sozinho*

Conheci o XX no porto através de outra voluntária que mo apresentou após ter-lhe oferecido um colchão de campismo para dormir. Este Iraquiano, rondando os 40 anos, andava com dificuldade, de moleta, pois tinha ferimentos/cicatrices nos 2 pés dado que foi vítima de um carro bomba em Kabul no Iraque, tendo sido submetido a intervenções cirúrgicas para restituir os ossos estilhaçados.

Quando o entrevistei percebi que lhe tinham roubado o colchão e que estava novamente a dormir no chão da tenda, em condições muito precárias.

Estava sozinho no campo de Piraeus. No seu país trabalhava como *designer* de roupa, tinha uma loja e nunca se chegou a casar. Com a situação de conflito e instabilidade todo o comércio foi fechando e a sua loja acabou por fechar também. Dois dos seus irmãos, um mais velho e outro ainda adolescente foram mortos com uma pistola na rua. Pergunto-lhe porquê, mas diz-me que não sabe a razão. A sua mãe morreu pouco depois de desgosto (soube já quando estava na Grécia). Tem 2 irmãos ainda a viver lá, um casado com uma filha (mostrou-me a fotografia) e outra ainda adolescente que está a cargo do irmão.

Ele foi vítima de um atentado em Kabul há 3 anos, com um carro bomba que se explodiu, razão pela qual tem agora o problema nas 2 pernas. *“I walk with difficulty and pain, I can't sleep at night”*. Mostrou-me as feridas numa das pernas, inchada e a necessitar de cuidados médicos. Tem uma placa de ferro lá dentro, explicou, e aos meus olhos parecia infectado. No outro pé tem os ossos desfeitos do calcanhar e as cicatrizes das operações, também ele muito inchado.

Decidiu vir para a Europa após a morte dos irmãos. *“Iraq is no good, here is also no good”*.

Foi roubado pelos contrabandistas no caminho e ali no porto de Piraeus também. *“I have no more money left. I sleep with difficulties at night...always thinking...it is not safe.”*

Após a entrevista, fomos à carrinha de saúde disponível no porto onde ía regularmente para tratar das feridas.

**- Atenas (Casa alugada/Hotel City Plaza)***Jovem Afegão sozinho*

Conheci este jovem enquanto estava a trabalhar na cozinha de um restaurante em Piraeus onde se fazia a comida para as mais de 1000 pessoas refugiadas do campo. Ali estavam todos os dias cerca de 15 voluntários e refugiados durante toda a manhã a preparar a comida para os almoços e jantares do dia. Estávamos a preparar *shoarmas* e fomos conversando; a partir daí surgiu a possibilidade de recolher o seu testemunho.

Veio do Afeganistão há 3 meses, fugindo dos Talibãs. Ele trabalhava como tradutor para o exército dos EUA e agora era perseguido. *“They persecute and kill everyone who has worked for the Americans if we don’t join Taliban. My family had to run away to Kabul because of this and my uncle helped me paying my travel to Turkey”*.

O tio pagou 3.000 USD para ele ter um visto e o avião para a Turquia. Daí, apanhou um barco para a Grécia. O pai não lhe fala, pois responsabiliza-o pelo mal que aconteceu à família. Tudo começou quando os Taliban lhe enviaram uma carta para casa, com ameaças de morte caso não se juntasse ao grupo radical. Felizmente ele teve a ajuda e dinheiro do tio para fugir, disse com um olhar triste. *“One friend of mine didn’t have that possibility, so he had to join Taliban and some month’s later I’ve heard that he was killed.”*

O tio pediu-lhe para falar com a mãe com cuidado antes de partir pois ela tem problemas cardíacos. O irmão também teve que “desaparecer” durante algum tempo após a sua fuga pois os Talibãs estavam a persegui-lo para saber do seu paradeiro. Um taliban disse ao irmão que tinha sorte serem eles e não outros senão já o tinham morto a ele e à família. Ele agora não pode falar com a mãe por causa do stress que isso lhe causa, por isso vai sabendo notícias pelo irmão, que lhe disse há pouco tempo que o tio morreu de doença. *“I am alone here but I can’t go back.”*

Veio para o porto de Piraeus mas conseguiu sair para um quarto em Atenas porque tem problemas respiratórios e uns amigos espanhóis alugaram-lhe um quarto. *“It is very difficult to be here as a refugee all alone. If you have a family you support each other. Alone is too hard.”*

*“I don’t like to be here, I want to go back to Turkey, here I don’t see no future”*. Tem uma marcação de entrevista para requerer asilo na Grécia (os afegãos só podem escolher isso), mas ele quer continuar a estudar e aqui não pode – disse que teria que começar a trabalhar. Em Kabul, onde vivia, estava no 2º ano de engenharia electrónica.

Perguntei porque não procurava trabalho na Grécia como tradutor, mas a sua resposta foi imediatamente negativa: *“No! I have promised my mother to never more work as translator...My cousin, also translator has been killed by the Taliban...”*.

Referiu que tinha também procurado ajuda na embaixada dos EUA, mas ninguém lhe respondeu.

**- Campo oficial de refugiados de Katsikas***Mulher Palestiana/Síria, sozinha*

Uma das tardes passadas no campo de refugiados conheci uma mulher mais velha, rondando os 60 anos de idade. Com um sorriso aberto e terno, estava à porta da sua tenda e convidou-me para entrar e sentar-me para falarmos, afinal o tempo é tudo o que resta às pessoas que aguardam na Grécia enquanto o processo de asilo não avança.

Ela estava sozinha no campo, referindo ser algo particularmente difícil para quem é mulher, mas também para quem já é mais velho.

Contou-me ter nascido também num campo de refugiados na Síria, há muitos anos atrás pois os seus pais fugiram da Palestina. Apesar disso, estudou, casou-se na Síria, onde teve filhos e trabalhou ao longo da sua vida como professora. O seu marido morreu ainda novo, o que fez com que tivesse passado por momentos difíceis ao ter de criar sozinha os filhos. Mas como me disse sorrindo: *“in life we have stand up every time we fall and continue walking...”*. Entretanto, a guerra na Síria chegou há 5 anos, e os filhos fugiram para a Europa mas ela resolveu ficar. *“Palestine (that I never met) and Syria are my countries”*, frisou. Contudo, uma bomba destruiu a sua casa e também ela foi obrigada a fugir. No perigoso percurso que a trouxe ali, teve que caminhar várias horas para chegar à Turquia, teve que fugir aos polícias na fronteira turca que atiravam a matar, foi roubada pelos contrabandistas que se aperceberam que estava sozinha e vulnerável e lhe levaram o dinheiro que tinha, mas finalmente conseguiu entrar num pequeno barco de borracha atolado de gente rumo à Grécia, onde pagou 700 USD. *“The boat trip took us 4 hours... They just put everyone inside, it was a small rubber boat crowded, and left us in the sea with no one to drive. The fear in the boat was horrible...”*. Nesse barco também ouviram tiros, mas felizmente conseguiram após horas no mar chegar a uma das ilhas gregas. Ela teve sorte sobreviveu, muitos ficam pelo caminho. No entanto, ela teve azar também pois chegou quando as fronteiras na Rota dos Balcãs fecharam...por isso não conseguiu prosseguir a viagem e ir ter com os filhos. Está à espera num campo de refugiados na Grécia há 3 meses (chegou a 20 de Março), sob condições climáticas muito difíceis, e onde os recursos são escassos. Ainda referiu: *“I was born in a refugee camp and here I am again...I hope I won't dye here.”*

## Fotografias dos Locais Visitados

- Porto de Piraeus







- Aeroporto de Illiniko



- Campo de Katsikas



- Exemplo de desenho das crianças – Campo de Katsikas

